

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL NA VILA CAUHY NO DF: A CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DE BAIRRO POR MEIO DOS PADRÕES DOS ECOSISTEMAS URBANOS

ANDRADE, L. M. S.¹; BARBOSA, P. E. C.²

^{1,2} *Universidade de Brasília (UnB)*

RESUMO

Este trabalho trata sobre a experiência de elaboração participativa de um plano de bairro contendo diretrizes/padrões de urbanismo ecológico inclusivo para a regularização fundiária da Vila Cauhy, um assentamento precário localizado no Distrito Federal, inserida em uma Área de Regularização de Interesse Social (ARIS/ZEIS) em sítio ambientalmente frágil e de ocupação altamente restritiva com áreas de risco (inundação) e de preservação permanente (6 nascentes, margem de córrego e ocorrência de solo hidromórficos que indica a existência de veredas). Diante do conflito entre as restrições ambientais e o desejo de fixação dos moradores, o processo participativo teve como objetivo principal realizar amplo debate sobre os desafios da regularização fundiária de forma a subsidiar uma tomada de decisões mais consciente através de padrões de uso e ocupação ecologicamente. Tomando como base a experiência dos Planos de Bairro desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Lugar Comum (FAUFBA) e o relatório português DED/NAU 41/2013 “Participação da comunidade em processos de desenho urbano e urbanismo”, desenvolveu uma metodologia baseada em oficinas e debates sobre temas como preservação ambiental, saneamento ecológico, conflitos sócio-ambientais, uso e ocupação do solo, habitação e espaços públicos, com o entendimento coletivo dos conflitos, desafios e potencialidades. Como resultados, foram gerados padrões e diretrizes para uso e ocupação do solo, possibilidades de reassentamento e de intervenção nos espaços públicos. As alternativas foram compiladas no formato de um plano de bairro.

Palavras-chave: Regularização Fundiária Sustentável, Planejamento Participativo, Padrões espaciais ecológicos

ABSTRACT

The current work is about an experience of a participatory neighborhood plan development, containing socially inclusive and ecological urbanism guidelines for the land regularization of Vila Cauhy, a poor condition settlement located in Federal District, established in an Area of Regularization for Social Housing (ARIS/ZEIS) in a vulnerable environment and with a highly restrictive occupancy due to flood risk areas and of permanent nature protection site (6 springs, stream shore and the existence of

hydromorphic soils, which indicates the presence of veredas, a wetland ecosystem type). In face of the struggle between the environmental restrictions and the need to settle the local community, the participatory process had as a main goal to create a broad debate about the challenges of land regularization in order to subsidize wise decisions through ecological land-use and occupation guidelines. Inspired by the experience of Planos de Bairro (Neighborhood Plans) created by the research group Lugar Comum (FAUFBA) and the Portuguese report DED/NAU 41/2013 “Community participation in processes of urban design and urbanism”, it was developed a methodology based in workshops and discussions about themes like environment preservation, ecological sanitation, social-environmental conflicts, land-use and occupation projects, housing and public spaces, with a collective comprehension of conflicts, challenges and potentials. As results, there were obtained patterns and guidelines for land-use and occupation, possibilities to resettle and intervene in public spaces. The alternatives were compiled in a format of a neighborhood plan.

Keywords: Sustainable Land Regularization, Participatory Planning, Ecological Space Patterns

1 INTRODUÇÃO

A participação popular nos últimos anos tem sido uma demanda crescente em vários setores da sociedade, em especial para os movimentos populares. No campo do desenho, planejamento e gestão urbanos, é necessário que arquitetos, urbanistas, engenheiros e demais profissionais envolvidos nessas áreas desenvolvam estratégias de diálogo com a população na hora de intervir nos espaços urbanos. Uma das possibilidades de intervenção urbana que mais necessitam da participação das comunidades são as urbanizações de assentamentos precários, como favelas e loteamentos clandestinos, pois apresentam altíssimo nível de complexidade (problemas fundiários, conflitos socioambientais e limitação de recursos para intervenção) e, portanto, grandes chances de agravamento dos problemas sociais. Neste sentido, a participação torna-se inevitavelmente mais complexa, porém pode se tornar uma ferramenta importante para que as ações se desenvolvam com maior justiça socioambiental (SOUZA, 2010).

O objetivo deste artigo é demonstrar a experiência da construção do Plano de Bairro da Vila Cauhy que é um retrato dos assentamentos precários brasileiros. Localizada no Distrito Federal, na região administrativa do Núcleo Bandeirante, próxima a importantes vias de acesso e a grandes infraestruturas, tais como o BRT, o metrô e o Aeroporto a vila está inserida em uma Área de Regularização de Interesse Social (ARIS/ZEIS), apresenta uma alta sensibilidade ambiental, com uma ocupação às margens do córrego Riacho Fundo, em uma região de veredas com solos hidromórficos, seis nascentes e algumas áreas sujeitas à inundação. Tais características tornam a regularização fundiária um desafio bastante complexo para a comunidade e o Estado, pois colocar a vila em conformidade com a legislação ambiental poderia significar o reassentamento de mais da metade da comunidade ou a sua permanência através de obras excessivamente caras.

Em atenção às demandas dos movimentos populares, este trabalho teve como objetivo principal desenvolver estratégias de urbanização para um assentamento precário de forma participativa. Diante da complexidade da área tornaram-se objetivos específicos:

- i. permitir à comunidade diagnosticar e propor soluções de forma coletiva;
- ii. desenvolver meios de traduzir informações com conteúdo extremamente técnico para que a comunidade pudesse se apropriar dessas informações
- iii. gerar soluções urbanísticas ecologicamente adequadas conciliando justiça social e ambiental.

Em resumo, a metodologia foi organizada para atender a 3 objetivos principais do processo participativo: aproximação com a comunidade e entendimento coletivo com geração de respostas. As técnicas de fomento a participação da comunidade tomaram como base as experiências dos Planos de Bairro de Saramandaia e de Dois de Julho, desenvolvidos pela UFBA, do relatório português DED/NAU 41/2013 (Participação da comunidade em processos de desenho urbano e urbanismo) e do Caderno Calafate do Coletivo Micrópolis (2014).

Nos primeiros momentos prevaleceram as estratégias de aproximação com a comunidade e divulgação da elaboração do plano. As atividades realizadas buscaram através do contato com os moradores encontrar caminhos para o levantamento documental da área e para a pesquisa teórica sobre participação, regularização fundiária e saneamento ecológico que fundamentou as oficinas tanto em conteúdo como metodologia. Neste momento ocorreu a aplicação de um questionário socioeconômico simplificado, reuniões com as lideranças comunitárias e, por fim, um grande café comunitário convidando a população para participar do processo.

A partir do café comunitário, as atividades passaram a focar no diagnóstico coletivo, objetivando a melhoria e a ampliação do autoconhecimento da população com relação à área onde os mesmos residem. Ao mesmo tempo em que os estudos coletivos eram realizados, buscou-se a geração de respostas para os desafios diagnosticados nos temas “reassentamentos”, “espaços públicos”, “saneamento ecológico” e “preservação ambiental”. Os resultados foram compilados num plano de bairro contendo as diretrizes construídas com os moradores através de padrões de urbanização ecológica alternativos às proposições já realizadas pelas estratégias oficiais. Espera-se que este resultado possa subsidiar e estimular parcerias entre a comunidade e o governo do DF nas estratégias de regularização fundiária.

2 REVISITANDO A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ATRAVÉS DO CASO DA VILA CAUHY

Em geral, nos países da América Latina, em especial no Brasil, onde a tradição patrimonialista é forte e o mercado imobiliário é bastante desregulado, o direito à moradia digna torna-se inacessível para as camadas mais pobres da população. Diante dessas condições, para esse grupo de pessoas, a única opção é entrar no mercado de terras irregulares, que lhes oferece oportunidades com preços mais acessíveis, porém, muitas vezes, em condições precárias de urbanização (saneamento básico, transporte e serviços públicos).

No geral, a precariedade desses espaços tem “causas variadas, envolvendo uma gama de fatores socioeconômicos, espaciais e institucionais, como planejamento excludente e ineficiência burocrática” (FERNANDES, 2011). São, portanto, muitas vezes, o que Maricato (2000) denomina de “lugares fora das ideias” ou, em outras palavras, locais não priorizados pelas políticas públicas oficiais.

Um dos caminhos para tratar dos assentamentos precários irregulares é a regularização fundiária plena que, apesar do forte apelo relativo à posse da terra, vai além da simples conferência de títulos de cartório: ela é um processo amplo, que, no Brasil, oferece, aos assentamentos, plano urbanístico com a implantação de infraestruturas de saneamento ambiental (abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo, pavimentação e drenagem), equipamentos públicos, assistência social às famílias e melhoria das condições habitacionais daqueles que moram em áreas de risco e proteção ambiental. Tudo isto deve estar fortemente apoiado na participação popular e em estudos socioeconômicos e ambientais.

A regularização fundiária plena também é uma questão multidisciplinar e complexa, portanto, exige a presença de vários saberes para que se consiga abarcar o amplo espectro de problemas sociais, econômicos, ambientais e jurídicos envolvidos. Mais do que a simples presença de vários tipos de técnicos, é fundamental uma abordagem holística que interprete os problemas e potencialidades de forma transdisciplinar. É nesse cenário ideal que, ao final do processo, as comunidades podem se integrar ao restante da cidade.

Nos últimos anos, com a aprovação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades, essas ações conseguiram ganhar um pouco mais de velocidade através da regulamentação de instrumentos como o usucapião urbano, a concessão de direito real de uso e as zonas especiais de interesse social (ZEIS). Apesar disso, os avanços ainda andam a passos lentos, principalmente pela manutenção da visão patrimonialista e conservadora, em especial dos gestores públicos, e pela permanência da concentração de investimentos em áreas nobres das cidades.

Uma das peças da regularização fundiária é a elaboração de um projeto urbanístico que dote a área de infraestrutura básica e preveja remoções e realocações quando necessário. A aprovação desse projeto passa por alguns licenciamentos, que buscam garantir que a nova situação está de acordo com as leis ambientais e urbanísticas e que a população não continue em situações de risco.

Cada área que necessita ser regularizada tem suas especificidades, por isso é importante realizar levantamentos e diagnósticos para saber quais restrições são aplicáveis em cada situação. Esses procedimentos são fundamentais para evitar atrasos na titulação das propriedades, desperdícios com custos adicionais e frustração para os moradores dos assentamentos.

Em atenção ao caso da Vila Cauhy e como observa-se nas figuras de 1 à 5, os estudos ambientais e os conflitos entre as leis põem aproximadamente 75% da área sob a possibilidade de reassentamento (ANDRADE e BARBOSA, 2015). Até o momento, duas empresas – Topocart (2009) e Zago Engenharia (2014) - chegaram a desenvolver propostas de urbanização da área sem obter o licenciamento urbanístico e ambiental dos projetos da urbanização ARIS.

Entendendo que segundo Kapp (2012, p. 468) a concretização do “direito à cidade” passa por processos participativos mais abertos que garantam autonomia das comunidades no planejamento dos seus territórios, acrescenta-se aqui a necessidade de que as técnicas e metodologias de participação estimulem uma tomada de decisão consciente por parte dos atores envolvidos conciliando as pautas sociais e ambientais, ou como trata ANDRADE (2014), a agenda marrom e a agenda verde.

No entanto, no caso da Vila Cauhy essa situação é agravada, pois a partir do momento que o Estado, em 2007, tomou a iniciativa de intervir na área mais glebas da ARIS foram e ainda estão sendo parceladas de forma irregular. A demora do processo de regularização faz com que os estudos já realizados acabem se tornando defasados, pois as áreas livres passíveis de reassentamento se reduzem e amplifica danos ambientais e conflitos dentro da comunidade, em especial entre as lideranças comunitárias.

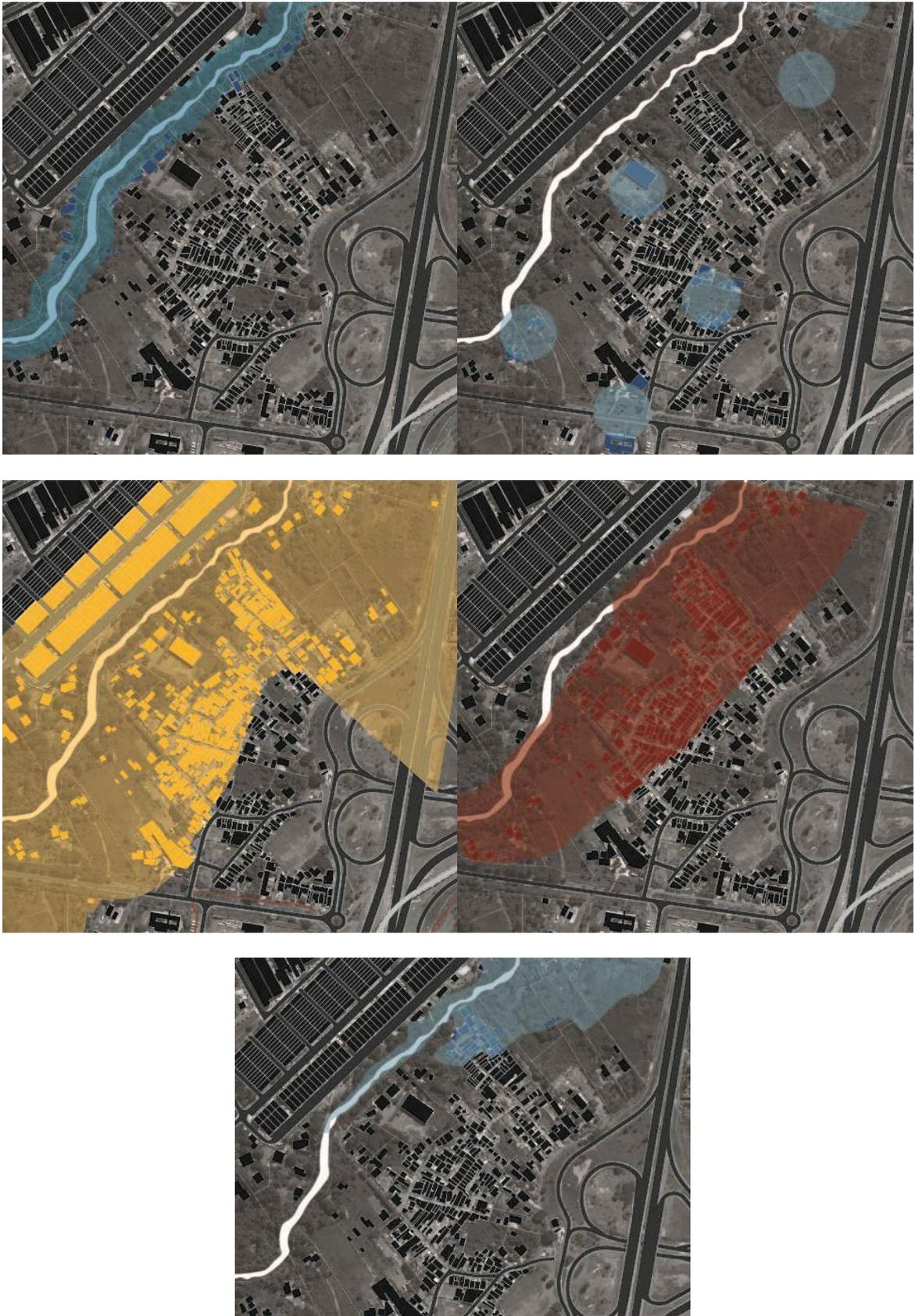


Fig. 1 a 5 - Restrições a urbanização. Da esquerda para a direita e de cima para baixo APP margem de córrego (1), APP nascente (2), APP vereda (3), solos moles (4), áreas sujeitas à inundação (5)
Fonte: TOPOCART (2009) adaptado pelo autor

Esse quadro torna o caso da Vila Cauhy relevante no contexto dos estudos sobre processos participativos de urbanização por envolver pontos conflituosos que podem dificultar a atuação dos mediadores da participação.

3 MÉTODO E ESTRATÉGIAS DO PROCESSO PARTICIPATIVO

A concepção metodológica do trabalho desenvolvido na Vila Cauhy foi baseada nos estudos da legislação ambiental e das possíveis ameaças à permanência da comunidade no local, nos conflitos internos entre lideranças e em referências práticas e teóricas de planejamento com a comunidade que tivessem características sociais e ambientais próximas ao estudo de caso deste trabalho.

Com base no trabalho desenvolvido no Caderno Calafate do grupo Micrópolis (2014), a metodologia participativa foi organizada para atender a três objetivos principais: i) aproximação (ampliação dos laços com os moradores da comunidade e divulgação do trabalho), ii) entender coletivamente (diagnóstico realizado com a comunidade que complementasse as informações levantadas no diagnóstico técnico) e iii) gerar respostas (desenvolvimento de ações que dessem respostas aos problemas enfrentados na Vila Cauhy).

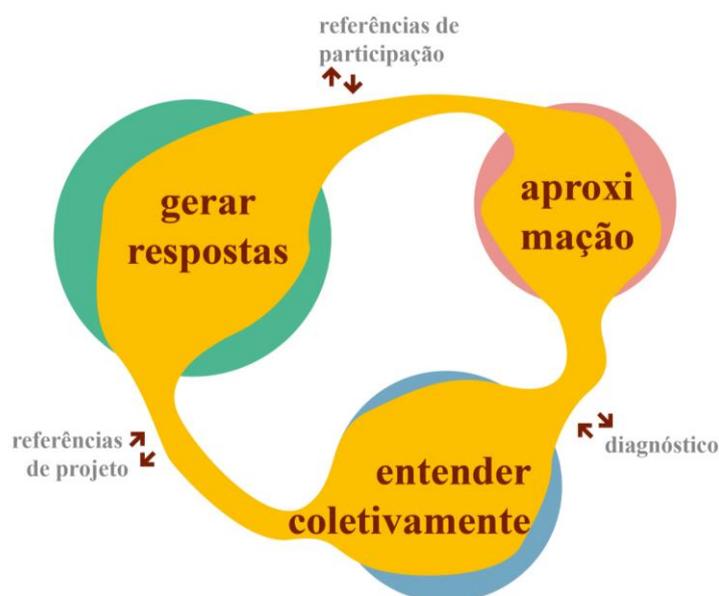


Fig. 6 - Esquema metodológico. Os objetivos de aproximação, entendimento coletivo e geração de respostas se integram constantemente nas atividades e são subsidiados constantemente pelas informações de diagnóstico e referências de participação e projeto.

Fonte: elaborado pelo autor

Cumprir destacar que a metodologia empregada foi flexível e construída com os participantes. Ao invés de aplicar o pensamento linear sugerido por muitos manuais oficiais que pressupõe a finalização de um diagnóstico para trazer soluções, esta metodologia buscou, como ilustra a figura 6, em todas as atividades convidar a comunidade para participação, realizar a leitura coletiva do espaço/território e debater estratégias de ação.

A complexidade dessa organização exigiu o uso de técnicas de condução dos debates baseadas no relatório português DED/NAU 41/2013 (compilação de métodos e técnicas

de participação comunitária de autores como Henry Sanoff, Nikki Slocum e Nick Wates) e no Plano de Bairro de Saramandaia desenvolvido pelo grupo de pesquisa Lugar Comum (UFBA) e o Caderno Calafate do Coletivo Micrópolis (2014).

A primeira ação desenvolvida foi a aplicação de um questionário (figura 7) simplificado com dois blocos de perguntas: o primeiro tentava traçar um perfil preliminar na população com algumas variáveis sócio econômicas (idade, gênero, tempo na vila, lugar de origem) e um segundo com questões abertas para sondar informações sobre a regularização.

nome
lugar de origem
idade
1. identificação
sexo M F outro
trabalho
trabalha na vila? S N
2. o que você gosta na vila?
3. o que você não gosta na vila?
4. você conhece o processo de regularização da vila? o que? S N
5. gostaria de conhecer mais? S N
6. você sabia que aqui é uma área com muitas nascentes? S N
7. você teria interesse de participar de grupos de trabalho para ajudar na regularização da vila? S N

questionário

Fig. 7 – Questionário. As perguntas desenvolvidas tinham objetivo de fazer uma rápida caracterização social da comunidade, investigar em caráter preliminar pontos positivos e negativos do lugar, sobre o conhecimento do processo de regularização e sobre o interesse de se envolver em atividades sobre a regularização da vila.

Fonte: foto do autor

Foi através das perguntas abertas em que foi possível encontrar as lideranças comunitárias, perceber os conflitos entre as mesmas e descobrir informações sobre o andamento da regularização fundiária (empresas envolvidas, etapas já realizadas). Essas informações subsidiaram o levantamento documental nos órgãos do Estado e identificaram pessoas chave que participaram e ajudaram no processo.

Um dos pontos altos da aproximação foi a realização de um café comunitário (figura 8) inspirado na ação do Coletivo Micrópolis que foi intitulado pela própria comunidade como “Chá das Cinco”. Essa atividade marcou a transição do processo participativo da consulta individual para o trabalho em grupo. Durante o evento foram apresentadas as intenções do trabalho, um breve resumo das informações técnicas levantadas até o momento e um convite para as próximas atividades e para a elaboração de um sistema de endereçamento para a vila.



Fig 8 - Apresentação do Chá das Cinco

Fonte: foto do autor

Em razão da diversidade de temas que deveriam ser tratados, cada atividade desenvolvida com a comunidade teve um tema específico e uma metodologia que estimulasse os debates (ver quadro 1). Com base na realidade da Vila Cauhy e nas ações desenvolvidas no Plano de Bairro de Saramandaia, foram priorizadas áreas como saneamento ecológico, uso e ocupação do solo, reassentamentos, espaços públicos e preservação ambiental.

Quadro 1 – Oficinas desenvolvidas

Atividade	Tema
Descobrir a Vila, Descobrir a Cidade	Equipamentos públicos, especulação imobiliária e gentrificação
Concurso fotográfico	Preservação ambiental
Regularização Fundiária e Meio Ambiente	Regularização e preservação ambiental
Prioridades da Vila	Definição das prioridades
Lidando com Conflitos	Regularização fundiária e opções de reassentamento
E Se Essa Rua Fosse Nossa?	Espaços públicos com ênfase no sistema viário

Fonte: elaborado pelo autor

Além das oficinas, o processo contou com uma série de levantamentos fotográficos na comunidade e reuniões com os membros da associação de moradores que contribuíram para a realização das oficinas e promoveram espaços informais de debate. A atuação em conjunto com as lideranças comunitárias permitiu que fossem elaborados ofícios solicitando mais transparência no processo de regularização fundiária e culminaram na abertura de um posto de assistência técnica da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CODHAB/DF) que hoje promove contato direto entre a comunidade e o Estado e realiza ações comunitárias participativas de intervenção urbana.

Destaca-se também que, em paralelo às atividades, por demanda da comunidade e em parceria com os Correios, foi desenvolvido um sistema de endereçamento para a Vila Cauhy pois a forma como os endereços estavam organizados causava muitos problemas para as pessoas. A ação envolveu a escolha do nome das ruas, a implantação de placas indicando o nome das mesmas e a definição de uma nova numeração das casas.

Para facilitar o diálogo em assuntos excessivamente técnicos, buscou-se utilizar instrumentos que facilitassem o entendimento dessas informações pelos participantes e que serão detalhados a seguir.

4 RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

O desenvolvimento dos instrumentos de diálogo utilizados nas oficinas teve como ponto de partida a elaboração de um jogo de tabuleiro inspirado no jogo da cidade (NUNES, 2005), porém adaptado para as especificidades da regularização fundiária e focado na mobilização comunitária como meio de alcançar uma urbanização mais justa.

O “Jogo da Vila” foi aplicado em caráter experimental com estudantes de graduação em dois Encontros de Estudantes de Arquitetura e na Semana Universitária da UnB em 2015, mas não chegou a ser aplicado na comunidade. Apesar disso, duas ideias do mesmo foram utilizadas nas oficinas para facilitar o diálogo: o mapa-maquete e a fotografia-padrão. Essas técnicas de participação possibilitaram que as atividades participativas gerassem diretrizes urbanísticas mais palpáveis que foram expressas através da adaptação da linguagem de padrões (figura 9) desenvolvida por Alexander (2013).



Fig 9 – Padrões e diretrizes gerados pelo processo participativo

Fonte: elaborado pelo autor

4.1 Mapa-maquete

Tendo em vista que aproximadamente 75% do território da ARIS encontrava-se suscetível a passar por reassentamento (ANDRADE e BARBOSAF, 2015), foi necessário que se desenvolvesse um dispositivo que explicasse qual era o perímetro das áreas de preservação, das áreas inundáveis e de solo mole, que essas características não eram homogêneas em todos os lugares da Vila Cauhy e que por isso configuravam possibilidades/restrições diferentes à fixação das pessoas.

A sobreposição do perímetro de todas as APPs, áreas de risco e solo mole mostrou que existem partes onde todas essas restrições estavam todas presentes configurando uma restritividade máxima á urbanização e outras onde apenas uma existia sendo mais viáveis de fixação. Diante disso, elaborou-se uma setorização da ARIS classificando trechos com características ambientais homogêneas e, portanto riscos de reassentamento semelhantes.

Essa estratégia foi representada através de uma espécie de quebra cabeça do território da vila, de fácil manipulação e que foi utilizado durante as oficinas e permitiu aos participantes identificarem suas casas, a característica ambiental de sua vizinhança e o que os estudos e projetos anteriores já haviam ponderado sobre a urbanização. Na figura 10 é possível observar que o mapa-maquete permitia indentificar as nascentes (círculo verde) e áreas mais críticas da vila.



Fig 10 – Uso do mapa-maquete na oficina “e se essa rua fosse nossa?”. Os papéis em formato de círculo representam duas nascentes e o vazio no meio representa as áreas ocupadas da vila em conflito com a legislação ambiental.

Fonte: foto do autor

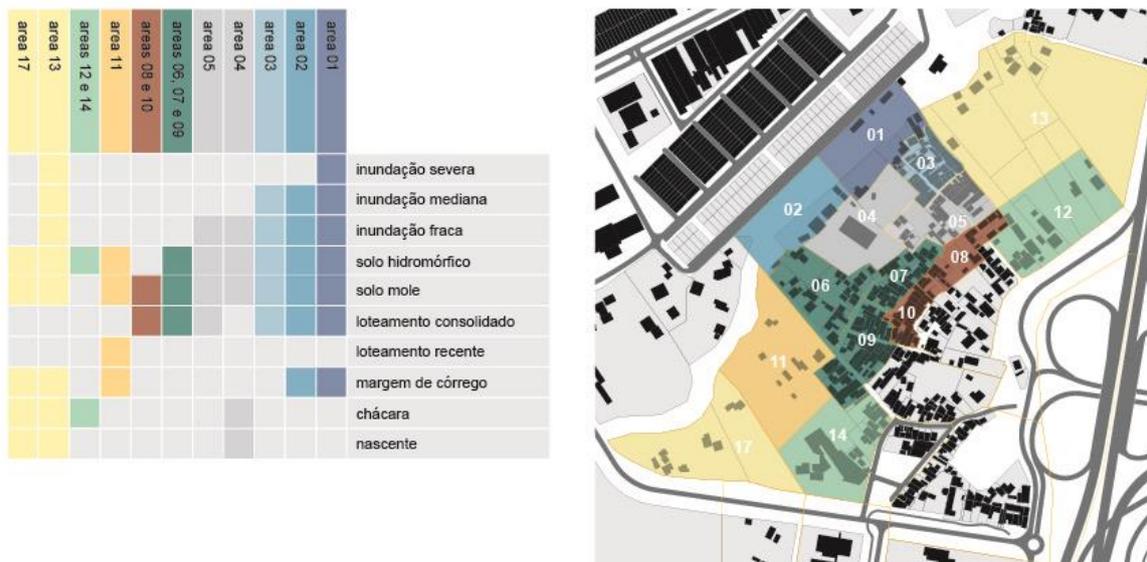


Fig 11 – Sistema de classificação das áreas. Essa divisão subsidiou a divisão das peças do mapa-maquete em uso na figura 9

Fonte: elaborado pelo autor

4.2 Fotografia-padrão

Para subsidiar a tomada de decisão sobre as características das intervenções, percebeu-se que era necessário desenvolver estratégias mais visuais e que trouxessem o maior número de possibilidades para os espaços públicos da vila. Para isso foram utilizadas fotografias-padrão (figura 12) com alternativas próximas aos padrões de ocupação e desenho urbano já existentes na ARIS.

Essa estratégia foi utilizada para debater como deveriam ser os edifícios habitacionais gerados com a remoção das pessoas e as ruas da vila. Os participantes das oficinas podiam manusear o material, fazer comentários e debater com o grupo quais padrões eram mais adequados e como deveriam ser aplicados.



Fig 12 – Uso da foto-padrão na oficina “e se essa rua fosse nossa?”. Nessa metodologia foram utilizadas imagens da vila e de outros locais morfologicamente semelhantes ao que já existia na vila.

Fonte: foto do autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oficinas desenvolvidas para a elaboração do Plano de Bairro da Vila Cauhy são uma simulação das possibilidades de elaboração de diretrizes de urbanização de forma participativa. Houveram algumas limitações na exploração das possibilidades de intervenção, mas os resultados obtidos já trazem dados importantes sobre o que os participantes do processo acreditam ser uma urbanização justa capazes de subsidiar a elaboração de um projeto.

As diretrizes para a urbanização da Vila Cauhy geradas pelas oficinas com o auxílio dos instrumentos descritos acima foram traduzidas em ícones representativos do que foi discutido com os participantes. A linguagem técnica com plantas e cortes pode ser de difícil compreensão para alguns grupos, logo neste trabalho foi feita a opção pela linguagem de padrões que possibilitou um diálogo mais rico.

Este trabalho mostra que é possível ampliar a participação das comunidades nos mais variados níveis e temas a partir do desenvolvimento de instrumentos de diálogo adequados. O desenvolvimento do “Jogo da Vila”, mesmo que aplicado em caráter experimental com alguns grupos de estudantes de graduação, mostra que, estratégias de diálogo mais didáticas e lúdicas possibilitam requalificar oficinas e audiências em uma direção mais democrática.

6 REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher et al. **Uma Linguagem de Padrões**: a pattern language. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ANDRADE, Liza. Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem. 2014. 544 f. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Universidade de Brasília, Brasília.

BARBOSA, P. E. C. Plano de Bairro da Vila Cauhy. 2015. 275 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UnB) – Universidade de Brasília, Brasília.

BEZERRA, M. CARRILLO, Y. CHAER, T. Lógica de elaboração do projeto urbanístico de regularização em contraposição ao projeto urbanístico tradicional. IV Conferência do Portuguese Network of Urban Morphology. Brasília, 2015.

CARRILLO, Y. (2013) Desafios para elaboração de projetos urbanísticos de regularização fundiária: etapas e fontes de informação. 2013. 141 f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Universidade de Brasília, Brasília.

DED/NAU. 2013. Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo: levantamento e descrição de métodos e técnicas. Lisboa: Relatório 41/2013, I&D Edifícios.

FERNANDES, Edésio. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Cambridge: Lincoln Institute, 2011.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Caderno MetrÓpole**. v. 14, n. 28, 2012, p. 463-483.

MARICATO, Ermínina. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES O., VAINER C. E MARICATO E.(eds.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MICRÓPOLIS. Caderno Calafate. 2014. 293 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

NUNES, Débora. **Jogo da Cidade**. 2005.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOPOCART. **RIVI – Relatório de Impacto de Vizinhança – para implantação do parcelamento de solo urbano da Vila Cauhy**. Brasília, 2009.